

Arinos faz defesa do parlamentarismo

Arquivo — 4/8/87

BRASÍLIA — A primeira sessão extraordinária da Constituinte, terça-feira à noite, convocada para discutir a questão do regime de governo no Brasil, produziu um dos momentos mais emocionantes desde que a Assembléia está em funcionamento. Durante 20 minutos, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) — presidente da Comissão de Sistematização — empolgou os cem parlamentares presentes com um discurso veemente em defesa do parlamentarismo. Aplaudido de pé e cumprimentado por todos, Arinos deixou a tribuna se declarando de consciência tranqüila por ter dito tudo o que a sua experiência e a sua participação na vida nacional o haviam levado a dizer. E agradeceu com humildade: "Saio com o coração cheio de gratidão por vossas excelências."

Na primeira parte do discurso de improviso, Afonso Arinos fez um relato histórico. Contou como surgiu o presidencialismo nos Estados Unidos e afirmou que fora daquele país, em nenhum outro lugar, este regime de governo foi aplicado convenientemente. Em seguida, explicou o nascimento da República do Brasil. Lembrou que a origem do pensamento republicano veio com o positivismo, doutrina filosófica de Augusto Comte, no século XIX.

"A filosofia de Augusto Comte era a ditadura esclarecida, era o governo que pendia necessariamente para a ditadura. A ditadura esclarecida da França era uma coisa diferente da ditadura mal esclarecida do Brasil. É que na França a filosofia de Comte nunca chegou a se realizar politicamente."

Meio século de infâmia — Depois de contar um pouco da origem da República brasileira, Afonso Arinos comentou os governos que se seguiram aos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Relatou todas as crises, referiu-se à presença sempre forte dos militares nos governos presidencialistas, e falou da morte de Afonso Pena.

— Afonso Pena morreu de quê? De traumatismo moral. O que era o traumatismo moral? Era a violência da presença do ministro da Guerra retirando-lhe completamente sua autoridade.

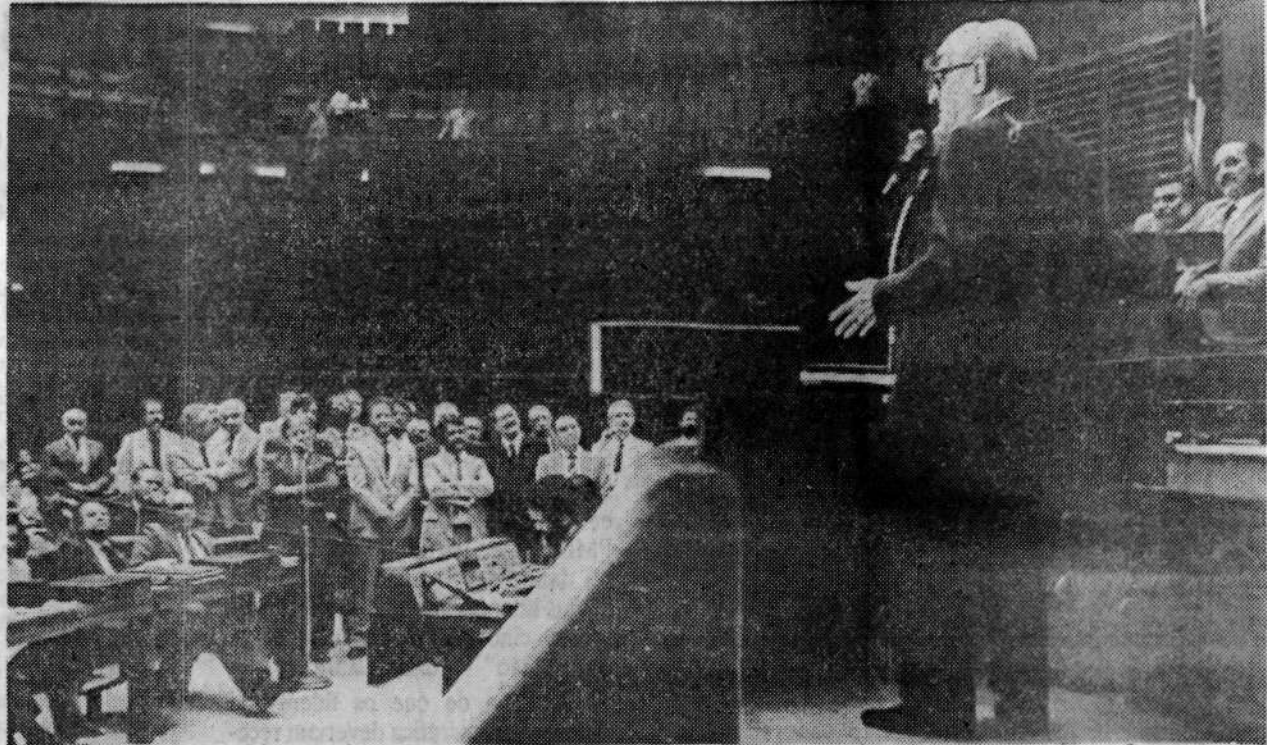
O senador ainda comentou rapidamente os governos de Nilo Peçanha e do marechal Hermes da Fonseca, que ele chamou de "terrível governo Hermes, em que o homem sofreu mais do que merecia". Arinos disse que Hermes da Fonseca foi um pobre homem, que acabou a vida errando em Petrópolis. "Era o antigo marechal, o antigo chefe de governo, o antigo ministro da Guerra, o antigo ditador militar", disse o senador. A seguir disse que o país só atravessou períodos de profunda agitação:

"Nós temos (eu fiz um cálculo ligeiro) entre Deodoro e Floriano, seis anos; Afonso Pena, dois anos de violência; Hermes, quatro anos; Epitácio, três anos; Bernardes, quatro anos de estado de sítio; Washington Luís cai na Primeira República; Getúlio Vargas, 15 anos de ditadura; regime militar, 20 anos de ditadura. Cem anos de República, 54 anos de infância, miséria, de aproveitamento, de degradação do caráter, da honra nacional".

Afonso Arinos fez então um apelo aos constituintes para que reflitam, pois ele considera que esta é a última oportunidade de se fazer do Brasil aquilo que o país merece.

Argumentos falsos — Afonso Arinos falava para uma platéia silenciosa e atenta, e para galerias vazias — presente apenas um segurança. Nem a UDR, nem os sindicatos mobilizaram suas bases para assistir ao debate sobre o sistema de governo. O senador continuou a defender o parlamentarismo:

"É falso o que se diz contra a implantação do parlamentarismo no Brasil. Dizem que não temos partidos. Os partidos só se formaram no regime parlamentar, no Império. Na República, os partidos não existiam. Os partidos só surgiram no Brasil depois que apareceu a luta ideológica internacional, depois que em 1922 veio o movimento comunista. Em seguida, veio o integralismo. Só depois que os partidos se apresentaram, no nosso país, com faces, com a cara, com a máscara trágica da luta internacional, é que eles começaram a se tornar partidos nacionais".



A veemência de Afonso Arinos na condenação do presidencialismo empolgou o plenário

Uma doutrina com que o Brasil logo se identificou

O positivismo, lembrado pelo professor Afonso Arinos ao discursar criticando o presidencialismo, é, de longe, a doutrina que maior influência política teve sobre o Brasil. Augusto Comte, fundador e ideológico maior da doutrina, refletiu nos livros de ciência política seu horror aos movimentos populares que começavam a eclodir na Europa da primeira metade do século passado. Seu trabalho mais conhecido é Cours de Philosophie Positive, no qual prevê, inclusive, a criação de uma "ditadura republicana", que seria o meio mais eficaz de instalar uma democracia protegida contra movimentos insurrecionais.

O positivismo fez mais sucesso aqui do que na França. O Brasil, aliás, chegou a merecer a admiração de escritores latino-americanos, por se ter transformado na segunda pátria-mãe da doutrina. Os positivistas patrocinaram a proclamação da República, foram os mestres mais importantes da primeira fase da Escola Militar do Rio de Janeiro e inscreveram na bandeira o seu lema: Ordem e Progresso. Um dos principais líderes do movimento no Brasil foi Miguel Lemos, que fundou a Igreja e o apostolado positivista do Brasil na rua Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. Há, em Paris, uma estátua em homenagem a Augusto Comte, com os dizeres em português.

Emenda copia regimes da Itália e Espanha

Enquanto era cumprimentado, o presidente da Comissão de Sistematização divulgou o texto da emenda parlamentarista que apresentará. É praticamente a mesma proposta contida no anteprojeto da Comissão de Notáveis, que Arinos presidiu. Embora tenha criado a comissão, cumprindo o que fora decidido por Tancredo Neves, o presidente José Sarney não enviou o trabalho à Constituinte.

Arinos propõe um parlamentarismo no qual o presidente da República nomeia o primeiro-ministro após consultar a maioria no Congresso. Por indicação dessa maioria, o presidente aprova e nomeia o Conselho de Ministros. Se a Câmara, por três vezes, recusar as indicações do presidente, ele, depois de ouvir o Conselho de República, pode dissolver o parlamento e convocar eleições extraordinárias.

A emenda parlamentarista do presidente da Comissão de Sistematização determina que as moções de censura só podem ser apresentadas com o apoio mínimo de um quinto dos integrantes da Câmara dos Deputados e têm que ser aprovadas pela maioria dos parlamentares. Nenhuma moção de censura pode ser apresentada antes de seis meses da nomeação dos ministros. Quando explicava a sua proposta, Arinos disse que é semelhante aos regimes da Itália e da Espanha e foi inspirada numa emenda apresentada pelo deputado Raul Pila à Constituição de 1946.

FLÁVIO RANGEL.
AFFONSO ROMANO
DE SANT'ANNA.

PROSA & VERSO
JORNAL DO BRASIL